

O IMPACTO DAS PRAÇAS PÚBLICAS NO DESENVOLVIMENTO INFANTIL

THE IMPACT OF PUBLIC SQUARES ON CHILD DEVELOPMENT

EL IMPACTO DE LAS PLAZAS PÚBLICAS EN EL DESARROLLO INFANTIL

NERI, Andressa Taísa de Carvalho

Designer de Interiores, Acadêmica de Arquitetura e Urbanismo pela

UniFAP

andressa.taisac@gmail.com

RESUMO

Praças públicas são espaços urbanos direcionados a promover atividades recreativas e de socialização, possibilitando a realização de atividades culturais essenciais. Assim, têm papel importante no desenvolvimento infantil, ao propiciar atividades lúdicas, espaços para atividades físicas e de interação social. Entretanto, no contexto atual, seu uso pela população infantil entrou em declínio, para quase marginalização das crianças nestes espaços públicos, devido questões como falta de manutenção, aumento de criminalidade, falta de atratividade e criatividade de suas instalações e produtos. Com isso em mente, foi objeto deste artigo, trazer mais luz e discussão sob o tema, através de levantamento de periódicos, pesquisas e livros texto, buscando definir melhor as dificuldades do modelo atual e sugerir formas de resolução para este importante tema. Sendo observado que apesar das limitações, há espaço para melhoria das praças públicas brasileiras, com pequenas adaptações; que a presença de equipamentos multifuncionais parece proporcionar maior variedade de atividades e mobilidade para as crianças em comparação aos tradicionais, e que surpreendentemente, a dimensão das praças investigadas não parece influenciar significativamente, desde de que com manutenção adequada. Logo, verifica-se a necessidade de investimentos em infraestrutura e manutenção adequadas para promover um ambiente propício ao desenvolvimento e diversão infantil.

Palavras-chave: Desenvolvimento infantil, praças, área pública

ABSTRACT

Public squares are urban spaces aimed at promoting recreational and socialization activities, enabling essential cultural activities to be carried out. Thus, they play an important role in child development, by providing playful activities, spaces for physical activities and social interaction. However, in the current context, its use by the child population has declined, to the almost marginalization of children in these public spaces, due to issues such as lack of maintenance, increased crime hate, lack of attractiveness and creativity of their facilities and products. With this in mind, the aim of this article was to bring more light and discussion to the topic, through a survey of periodicals, research and textbooks, seeking to better define the difficulties of the current model and suggest ways of resolving this important issue. It is noted that despite the limitations, there is room for improvement in Brazilian public squares, with small adaptations; that the presence of multifunctional equipment seems to provide a greater variety of activities and mobility for children compared to traditional ones, and that surprisingly, the size of the squares investigated does not seem to have a significant influence, as long as they are adequately maintained. Therefore, there is a need for investment in adequate infrastructure and maintenance to promote an environment conducive to children's development and fun.

Keywords : Child development, squares, public area

RESUMEN

Las plazas públicas son espacios urbanos destinados a promover actividades recreativas y de socialización, permitiendo la realización de actividades culturales esenciales. Así, juegan un papel importante en el desarrollo infantil, al brindarles actividades lúdicas, espacios para la actividad física y la interacción social. Sin embargo, en el contexto actual, su uso por parte de la población infantil ha disminuido, casi marginando a los niños de estos espacios públicos, debido a cuestiones como falta de mantenimiento, aumento de la

delincuencia, falta de atractivo y creatividad de sus instalaciones y productos. Teniendo esto en cuenta, el objetivo de este artículo fue aportar más luz y discusión al tema, a través de un estudio de publicaciones periódicas, investigaciones y libros de texto, buscando definir mejor las dificultades del modelo actual y sugerir formas de resolver esta importante cuestión. Se observa que a pesar de las limitaciones, hay margen de mejora en las plazas públicas brasileñas, con pequeñas adaptaciones; que la presencia de equipos multifuncionales parece proporcionar una mayor variedad de actividades y movilidad a los niños en comparación con los tradicionales, y que sorprendentemente, el tamaño de las plazas investigadas no parece tener una influencia significativa, siempre y cuando se mantengan adecuadamente. Por lo tanto, es necesario invertir en infraestructura y mantenimiento adecuados para promover un entorno propicio para el desarrollo y la diversión de los niños.

Palabras clave: Desarrollo infantil, plazas, área pública.

1 Introdução

De maneira geral, Praças públicas podem ser definidas, segundo Macedo (2002), como qualquer espaço público urbano desprovido de construções com o intuito de promover atividades recreativas e facilitar a socialização aos seus usuários. Muitas vezes considerados como o coração das cidades, eles desempenham um papel fundamental na vida comunitária, onde oferece um ambiente propício para várias interações sociais e experiências culturais.

O planejamento e projeto desses espaços, até aproximadamente meados do século XVIII, estavam principalmente ligados aos arredores de palácios europeus, muitas vezes não integrados ao tecido urbano circundante. Os espaços livres dentro das cidades, frequentemente caracterizados por concentrações humanas, estavam geralmente associados à presença de mercados populares ou à área adjacente a igrejas e catedrais. Somente no século XIX é que o conceito de design de praças começou a se desenvolver, influenciado pelo trabalho de profissionais notáveis como Frederick Law Olmsted, responsável pelo projeto do Central Park em Nova York (VIERO, 2009).

De acordo com Queiroga (2021), as praças proporcionam uma oportunidade única para o contato interpessoal público, possibilitando a realização de diversas atividades culturais essenciais, que vão desde interações sociais até manifestações cívicas. Essa dinâmica contribui significativamente para o fortalecimento da identidade urbana, um elemento crucial na coesão das comunidades. Assim, as praças se revelam como espaços privilegiados que enriquecem a vida urbana, oferecendo experiências que dificilmente seriam replicadas na esfera privada.

Ao longo da história, as praças têm passado por diversas evoluções, abrangendo uma ampla variedade de aspectos que vão desde sua definição inicial até suas funções multifacetadas, usos dinâmicos e concepções em constante transformação. No entanto, é amplamente reconhecido que, apesar das mudanças ocorridas ao longo do tempo, as praças mantêm uma relevância singular como espaços públicos de grande importância no contexto urbano do dia a dia (DE ANGELIS et al., 2005).

As praças, contribuem não apenas como locais para promover a interação social entre os membros da comunidade, mas também desempenham um papel fundamental no desenvolvimento infantil. Ao participar de atividades lúdicas e brincadeiras nesses ambientes, as crianças têm a oportunidade de aprimorar uma vasta gama de habilidades. Desde a coordenação motora até o equilíbrio e a destreza física, esses espaços oferecem um terreno fértil para o crescimento infantil. Além disso, ao se envolverem em atividades que desafiam a capacidade cognitiva, como resolver problemas, estimulam a criatividade e a imaginação, e internalizam conceitos básicos, como compartilhar e cooperar. (SOUZA & VIEIRA, 2004).

Não menos importante é o aspecto social desses espaços. A interação entre crianças em praças proporciona um terreno para o desenvolvimento de habilidades sociais essenciais. A comunicação eficaz, o trabalho em equipe, a negociação e a resolução construtiva de conflitos são todas competências que se fortalecem nesse ambiente dinâmico (SOUZA & VIEIRA, 2004). Portanto, além de serem locais de lazer e encontro, as praças são verdadeiras escolas ao ar livre, onde as crianças aprendem não apenas sobre si mesmas, mas também sobre como se relacionar e interagir com os outros em um mundo cada vez mais complexo.

No contexto atual do cenário urbano, influenciado pelas mudanças sociais e econômicas das últimas décadas, observa-se uma diminuição significativa no uso dos espaços públicos pela população. Paralelamente, nota-se um contínuo crescimento do adensamento populacional e do tráfego de veículos nos grandes centros urbanos. Este fenômeno tem transformado a rua, que historicamente serviu como local de socialização e lazer até meados do século XX, em uma via essencialmente dedicada à circulação. Como resultado, a percepção geral da rua como um espaço inseguro, especialmente para as crianças, tem se intensificado (ALVES, 2021).

Nesse contexto, o presente estudo propõe uma revisão bibliográfica abrangente sobre a relevância e as funções preeminentes das praças públicas na contemporaneidade. O objetivo principal é aprofundar a compreensão desse tema, bem como investigar sua situação atual no contexto brasileiro, visando identificar as dificuldades e lacunas no modelo existente. Com base nessa análise, busca-se propor ideias e sugestões que possam contribuir para o aprimoramento desses espaços, com especial ênfase na sua influência no desenvolvimento infantil.

1.1 Problemática

A vida no meio urbano nos dias atuais enfrenta uma série de desafios de considerável impacto na preservação e promoção dos espaços públicos, especialmente quando se trata do papel desses locais na vida das crianças. As praças, historicamente reconhecidas como centros de interação social e atividades recreativas, agora enfrentam uma miríade de problemáticas que ameaçam sua vitalidade e relevância nas comunidades.

Desde os tempos antigos da Grécia, as praças têm desempenhado um papel fundamental na vida comunitária, servindo como palco para debates democráticos, interações sociais e expressão cultural. No entanto, o advento da era moderna trouxe consigo mudanças significativas na maneira como as pessoas interagem com o ambiente urbano. O crescimento populacional exponencial e o aumento do tráfego de veículos transformaram muitas ruas e praças em espaços dominados pelo movimento, tornando-os menos acolhedores para atividades recreativas e encontros sociais.

A presença de vegetação e áreas verdes em espaços públicos é crucial, não apenas pela sua contribuição estética, mas também pelo seu impacto no desenvolvimento infantil. Estudos destacam que a presença de áreas verdes está diretamente relacionada ao aumento das atividades de brincadeira e interações entre crianças, promovendo um ambiente propício para o crescimento saudável e socialização.

No entanto, a falta de segurança, iluminação inadequada e a deterioração das instalações podem dissuadir os pais de permitirem que seus filhos utilizem esses espaços. Como resultado, muitas crianças acabam sendo limitadas a ambientes mais restritos, como playgrounds de condomínios fechados, o que limita sua experiência e interação com a cidade em que vivem.

O esvaziamento urbano, combinado com a falta de investimento e manutenção adequada dos espaços públicos, contribui para a marginalização das crianças no ambiente urbano. Ao invés de serem lugares de encontro e interação, as praças frequentemente se tornam áreas negligenciadas, abandonadas e até mesmo temidas devido à percepção de insegurança.

É crucial reconhecer que o declínio dos espaços públicos afeta não apenas as crianças, mas toda a comunidade. A falta de locais para convívio e lazer pode levar ao isolamento social e à diminuição do senso de pertencimento à comunidade. Portanto, é imperativo que as autoridades locais e a sociedade como um

todo priorizem a revitalização e manutenção dos espaços públicos, garantindo que eles permaneçam como locais inclusivos e acolhedores para todas as idades.

1.2 Objetivos

1.2.1 Objetivo Geral

- Discutir o uso e importância das praças públicas como instrumento no desenvolvimento infantil.

1.2.2 Objetivos Específicos

- Analisar a situação de praças públicas quanto à sua adaptação ao uso infantil.
- Debater sobre a influência das praças públicas no desenvolvimento infantil.
- Propor melhorias e modificações que promovam uma melhor utilização das praças públicas como instrumento de desenvolvimento infantil.

1.3 Metodologia

Este artigo constitui-se de uma metódica Revisão Teórica Narrativa, de caracterizada por seu enfoque descritivo e embasamento bibliográfico. O processo de construção desta revisão envolveu uma minuciosa investigação de referências teóricas presentes em livros, artigos e trabalhos de pesquisa relevantes sobre o tema, a partir de bases de dados arbitrárias, conforme disponibilidade e acessibilidade, no período de fevereiro a março de 2024.

Referencial teórico

As praças públicas são espaços urbanos abertos, desprovidos de edificações, destinados a proporcionar atividades recreativas e promover a interação social entre seus frequentadores (MACEDO, 2002).

Desde os tempos da Grécia Antiga, remontando ao período em que a ágora era o precursor dos atuais espaços urbanos conhecidos como praças, esses locais assumiram uma importância ímpar na vida das comunidades. A ágora, frequentemente circundada por mercados, servia como o epicentro da democracia direta, onde os cidadãos se congregavam para participar de debates e discussões sobre assuntos de relevância comunitária (MACEDO, 2002).

Só no decorrer do século XX, emergiram as praças e os parques públicos, concebidos com o propósito de oferecer às comunidades urbanas alternativas de lazer e espaços destinados à prática de atividades recreativas e brincadeiras (OLIVEIRA, 2004).

Um dos aspectos dos espaços ao ar livre que tem recebido atenção em estudos é a presença de vegetação e sua influência no desenvolvimento infantil. A existência de vegetação em áreas destinadas à recreação ao ar livre, como playgrounds, praças e áreas residenciais, também tem sido associada a um aumento na diversidade de atividades de brincadeira e interações entre as crianças (BARBOU, 1999).

A maneira como as crianças percebem o espaço ao seu redor é moldada por diversas características que podem ser interpretadas como positivas ou negativas. Na vida urbana, os pais tendem a evitar locais que representem ameaça à segurança delas, como áreas com altos índices de criminalidade ou falta de iluminação adequada. Em contrapartida, valorizam espaços que proporcionam oportunidades para atividades físicas, interações sociais seguras e enriquecedoras, além da presença de locais para alimentação e áreas verdes para exploração e lazer (CASTONGUAY, 2008).

A origem da palavra "infância" remonta ao latim "infantia", cujo significado etimológico se relaciona a "aquele que não é capaz de falar" (in = negação do verbo; fari = falar; fan = falante). No contexto brasileiro, conforme definido pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (1990), o termo "criança" - ou "infante" - abrange todo indivíduo desde o primeiro dia de vida até os doze anos de idade incompleto (SARMENTO, 2004).

A infância tem se tornado um objeto de estudo na historiografia em tempos relativamente recentes. O conceito de infância como um fenômeno sociocultural, tal como o entendemos hoje em dia, não estava presente até o final da Idade Média. Sua emergência ocorreu na era moderna, consequência do desenvolvimento de instâncias públicas de socialização (POSTMAN, 1999).

De acordo com o historiador Philippe Ariès (1981), o "sentimento da infância" não era uma realidade até os primórdios da modernidade. A noção de infância começou a se solidificar com o surgimento do individualismo moderno, em meio às transformações tanto objetivas quanto subjetivas que ocorreram em diversas esferas da vida humana. Sua construção histórica foi resultado de um processo complexo que envolveu uma série de fatores, incluindo a produção de representações sobre a criança, a organização do cotidiano e de seu estilo de vida, e, especialmente, o estabelecimento de instituições dedicadas ao cuidado e à educação infantil (SARMENTO, 2004).

As demandas da criança são frequentemente destacadas como indo muito além de simplesmente ocupar um local durante o expediente de seus pais. Para seu pleno crescimento, é vital que ela tenha a oportunidade não só de estar dentro desses espaços, mas também de desfrutar de autonomia e ser estimulada a desenvolver sua consciência cidadã. Isso permite que ela se torne um participante ativo e crítico na vida social da comunidade. A exclusão de crianças do ambiente urbano pode levar ao abandono dos espaços públicos e à diminuição da participação na vida em sociedade (ALVES, 2021).

Quando observamos o cenário urbano contemporâneo, moldado pelas transformações sociais e econômicas ocorridas nas últimas décadas, é notável uma redução marcante no uso dos espaços públicos pela população. Ao mesmo tempo, assistimos a um crescimento constante no número de habitantes e veículos nos grandes centros urbanos. Como resultado, a rua, outrora um local de convívio social e lazer, tornou-se predominantemente uma via de tráfego, sendo considerada cada vez mais perigosa, especialmente para as crianças (Alves, 2021).

Quando não cuidamos bem dos espaços públicos, as cidades ficam menos amigáveis e seguras, o oposto do que deveriam ser, que são lugares onde as pessoas se encontram e se relacionam. Isso faz com que as pessoas se tornem mais individualistas: elas sentem menos responsabilidade pelos espaços públicos, achando que é só o governo quem deve cuidar deles. Isso leva a menos interação social e menos exercício da cidadania. Em vez de serem lugares onde todos se sentem parte, os espaços públicos estão sendo deixados de lado. Em vez de as pessoas se apropriarem da cidade e de suas áreas públicas (como as praças), elas estão se afastando, evitando contato com estranhos nos espaços públicos e preferindo ficar em lugares privados (MENDONÇA, 2007).

É crucial destacar o papel dos governos municipais, estaduais e federais na implementação de políticas públicas que garantam o acesso pleno aos direitos constitucionalmente assegurados às crianças. O Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), lei Nº 8.069/1990, é um marco nesse sentido, protegendo os direitos daqueles com idade entre 0 e 18 anos. O ECA enfatiza que crianças e adolescentes têm direitos fundamentais inerentes à pessoa humana, com proteção integral para seu desenvolvimento físico, mental, moral, espiritual e social.

Além disso, o Estatuto da Cidade, lei Nº 10.257/2001, busca garantir os direitos dos cidadãos no meio urbano, promovendo a sustentabilidade, acessibilidade e acesso às infraestruturas básicas para melhorar a qualidade de vida. No entanto, em ambos os estatutos, há uma falta de discussão sobre a presença da criança nos espaços públicos urbanos e a ausência de diretrizes específicas para essa questão.

A partir disso, surge a necessidade da criação políticas públicas onde sejam criados espaços exclusivos para lazer infantil. Com o passar do tempo, o que se percebe é que os espaços pensados para as crianças se limitam, na maioria dos casos, a pequenos espaços compostos por equipamentos com usos determinados situados nas praças de alguns bairros, que, muitas vezes, são criados e depois abandonados pelo poder público, tornando-se rapidamente inutilizados pela degradação e falta de atrativos, ou, o que tem sido ainda mais comum, playgrounds dentro dos condomínios fechados, o que contribui ainda mais para o isolamento das crianças com relação à cidade (ALVES, 2021).

Quando se pensa na relação entre a criança e o espaço público na cidade contemporânea, o que vem à mente, de maneira geral, são as questões como índices preocupantes de violência urbana, fluxo absurdo e

constantemente crescente de automóveis nas vias públicas, falta de equipamentos públicos e da qualidade de mobiliários dentro das cidades. Sendo assim, os efeitos do esvaziamento urbano, discutido por vários teóricos de áreas diversas, se apresentam desfavoráveis à formação sociocultural humana, o que afeta, principalmente as crianças, que estão em fase de desenvolvimento (ALVES, 2021).

Resultados e Discussão

A configuração do ambiente urbano muitas vezes se distancia dos "utilizadores dos espaços". Em linhas gerais, os cidadãos das metrópoles brasileiras desfrutam cada vez menos das áreas de acesso público, as quais se transformaram predominantemente em meros corredores de trânsito. Os antigos locais de convívio como a ágora grega, o fórum romano ou a praça cívica renascentista perderam sua relevância cívica, ressurgindo apenas como palcos políticos em ocasiões esporádicas de protesto social, para em seguida serem relegados ao abandono e à falta de interesse (DIAS, 2015).

É preocupante como essas áreas urbanas, cada vez mais efêmeras e com espaços restritos, estão perdendo sua relevância e potencial de inspiração na vida cotidiana das crianças. Hoje em dia, a ênfase recai sobre espaços caracterizados por atividades comerciais e de consumo, muitas vezes inapropriados para o público infantil. São lugares compostos por estruturas pré-fabricadas, algumas delas eletrônicas, que bombardeiam as crianças com estímulos incessantes, minando sua capacidade de imaginação e criação de algo autêntico. Diante desse quadro, a criança deixa de ser a protagonista da sua própria narrativa para se tornar uma mera receptora de conteúdo elaborado previamente pelos adultos (DIAS, 2015).

Segundo estudo feito por Dias em 2015, em quatro praças públicas descritas como P1, P2, P3 e P4 foi possível conhecer recursos de lazer, presentes nessas áreas o que influencia diretamente nas atividades das crianças, e o estado de manutenção dos mesmos. Enquanto algumas praças apresentam uma diversidade de equipamentos, como playgrounds multifuncionais e quadras poliesportivas, outras oferecem estruturas mais tradicionais, limitando as opções de entretenimento.

A praça P3 se destaca como um espaço multiatrativo, proporcionando não apenas áreas de playground, mas também uma quadra poliesportiva e pista de skate. Essa diversidade de opções parece estimular uma variedade maior de atividades por parte das crianças. Por outro lado, praças como P1 e P4, com estruturas mais simples, limitam as possibilidades de diversão (DIAS, 2015).

Além disso, a manutenção e conservação dos espaços também desempenham um papel crucial. A praça P2, por exemplo, com seus equipamentos bem conservados, atraiu a maioria das crianças para brincar no playground, além de espaço amplo e a existência de abundante vegetação, enquanto a P3, com seus equipamentos em mau estado, viu as crianças optarem por outras atividades, como brincar com bola.

Esses achados ressaltam a importância não apenas da disponibilidade de espaços de lazer, mas também da diversidade e manutenção adequada dos equipamentos para promover um ambiente propício ao desenvolvimento e diversão das crianças nas áreas urbanas (DIAS, 2015).

Apesar das limitações próprias de um estudo exploratório, esta pesquisa se alinha com a perspectiva da abordagem ecológica, que enfatiza a interação dinâmica entre o ambiente e o desenvolvimento humano. Como destacado por Bronfenbrenner (1979/1996), cada ambiente, incluindo os espaços urbanos como as praças, exerce uma função específica no desenvolvimento humano, influenciando as interações e escolhas das pessoas envolvidas.

Os resultados deste estudo indicam que as características de cada espaço, como disponibilidade de equipamentos e manutenção, influenciam fortemente o comportamento das crianças durante suas atividades de lazer. Em locais com espaços planejados e bem conservados, as crianças tendem a se

concentrar em atividades específicas, como brincar no playground e na quadra poliesportiva. Por outro lado, em áreas com condições menos adequadas, elas exploram mais diferentes setores e passam menos tempo em uma única brincadeira (DIAS, 2015).

É interessante notar que a presença de equipamentos multifuncionais oferece uma diversidade maior de atividades e mobilidade para as crianças, como apontado por Fernandes e Elali (2008) e Raymundo et al. (2010). Esses dispositivos, em comparação com os tradicionais, são mais atrativos devido às várias opções de brincadeiras que proporcionam (DIAS, 2015). Isso destaca a importância de considerar não apenas a quantidade, mas também a qualidade e versatilidade dos equipamentos em espaços de lazer infantil. Ao oferecer opções mais variadas e estimulantes, os equipamentos multifuncionais podem incentivar um maior engajamento das crianças em atividades ao ar livre. Além disso, sua presença pode tornar os espaços públicos mais inclusivos, atendendo às necessidades e interesses de crianças de diferentes idades, habilidades e contextos culturais.

Ainda relacionando Dias (2015), surpreendentemente, a dimensão das praças investigadas não parece influenciar significativamente as atividades das crianças, a menos que o local não disponha de uma estrutura adequada de equipamentos e manutenção. Mesmo em áreas espaçosas, como a P2 no referido estudo, onde há abundante vegetação, as crianças preferem concentrar suas atividades nos playgrounds bem equipados, destacando a importância dos recursos disponíveis e seu estado de conservação sobre o comportamento infantil.

Esses achados enriquecem significativamente nosso entendimento sobre a relação intrínseca entre os espaços urbanos e as atividades lúdicas das crianças, ressaltando a premente necessidade de aportes em infraestrutura e manutenção adequadas para fomentar um ambiente propício ao desenvolvimento integral e à diversão infantil. Esses investimentos não apenas promovem a segurança e a acessibilidade dos locais públicos, mas também contribuem para a construção de comunidades mais saudáveis e inclusivas, onde as crianças possam explorar, aprender e interagir de forma livre e segura.

Com essa reflexão nos leva a considerar como o conceito de infância foi influenciado pela maneira como as crianças foram gradualmente excluídas de várias esferas sociais, como o trabalho, a interação com adultos fora da família e o envolvimento na vida comunitária e política. Esse confinamento da infância a um espaço social limitado e regulado por adultos contribuiu para a visão difundida de que a exclusão dos direitos políticos das crianças é algo inerente e natural.

A necessidade de restringir o acesso das crianças a espaços fechados ou protegidos por grades muitas vezes é justificada pela percepção de insegurança nas cidades, uma preocupação compartilhada pelos adultos. No entanto, isso reflete a falta de planejamento urbano voltado para o livre trânsito e o pleno desfrute das crianças nos espaços públicos. É importante notar que, mesmo ao considerar a acessibilidade, a perspectiva da infância raramente recebe a mesma atenção dedicada a pessoas com deficiência ou idosos, embora haja ainda muito a melhorar nessas práticas. A falta de serviços públicos adequados que incentivem o desenvolvimento infantil e sua integração com o ambiente urbano contribui para essa situação de restrição da infância (ALVES, 2021).

As instituições de educação infantil e escolas em tempo integral que oferecem oportunidades de interação, experiência e aprendizado sobre o ambiente urbano são frequentemente acessíveis apenas para crianças de famílias mais abastadas. Isso significa que, para famílias de baixa renda, quando as opções de

creche e escolas em tempo integral não estão disponíveis devido à falta de recursos financeiros ou à ausência de instalações próximas o suficiente de suas residências ou locais de trabalho, a única alternativa é que as crianças permaneçam em casa. Nessas circunstâncias, é especialmente comum que as crianças tenham pouco ou nenhum acesso aos recursos e espaços públicos da cidade (ALVES, 2021).

Conforme ressaltado por Oliveira (2004), há uma clara disparidade no acesso aos espaços públicos entre crianças de diferentes estratos socioeconômicos. Enquanto aquelas de famílias mais abastadas frequentemente desfrutam de acesso limitado e supervisionado, as provenientes de camadas socioeconômicas mais baixas geralmente têm uma interação mais intensa e cotidiana com esses ambientes. Essa discrepância não apenas reflete desigualdades profundamente enraizadas, mas também tem implicações significativas para o desenvolvimento infantil e para a construção de cidades mais justas e inclusivas.

Com isso, tanto as crianças de classes mais privilegiadas quanto aquelas de classes menos favorecidas enfrentam a carência de infraestrutura urbana e o acesso limitado a equipamentos de educação, cultura e lazer. Dessa forma, fica evidente que não há uma correlação direta entre a experiência do espaço público e a posição na hierarquia social. A lógica socioeconômica resulta na imposição de restrições ou privações ao acesso a espaços públicos de qualidade para a maioria das crianças brasileiras, independentemente do grupo social ao qual pertencem (ALVES, 2021).

Ao observar as ações dos diversos grupos sociais em demanda por direitos e na configuração do espaço público urbano, percebemos que estão influenciadas por diversos fatores, tais como a mobilização, sistema de crenças, apresentações, representações socio culturais e mecanismos institucionais e políticos. Como salientado pelo especialista em Sociologia da infância, Manuel Jacinto Sarmiento, esses elementos contribuem para a distinção entre os direitos formais e as efetivas oportunidades de participação nas decisões políticas (Sarmiento; Fernandes; Tomás, 2007, p.183).

Dentro desse contexto, entre os grupos sociais marginalizados, embora façam parte integrante da sociedade e estejam representados em todas as classes econômicas, a infância emerge como um segmento especialmente prejudicado. Essas condições decorrem, em parte, da sua relativa invisibilidade diante das políticas públicas, da exclusão dos processos de tomada de decisão na esfera coletiva e da sua presença numericamente mais expressiva nos estratos de menor poder aquisitivo, o que a torna socialmente mais suscetível a vulnerabilidades.

Pesquisadores, cientistas, psicólogos, especialistas em saúde pública e economistas concordam: bebês e crianças na primeira infância (entre 0 e 6 anos) são os melhores aprendizes do planeta. Durante os primeiros seis anos de vida, seus cérebros se desenvolvem mais rapidamente do que em qualquer outra época, e as experiências vivenciadas têm um impacto profundo e duradouro sobre sua saúde física e mental, sobre sua capacidade de aprender e de se relacionar com os outros (IAB, 2021, p05).

Considerações Finais

Conforme amplamente destacado na literatura, a importância do espaço urbano para o desenvolvimento físico, cognitivo, social e psicológico do ser humano é cada vez mais reconhecida. No entanto, a falta de acesso aos espaços, especialmente os públicos, também se torna evidente devido ao aumento da violência, do tráfego de veículos e da insuficiência de infraestrutura disponibilizada, acarretando prejuízos à saúde e ao desenvolvimento infantil. A ausência de acesso e utilização dos espaços urbanos, nesse contexto, não é apenas uma questão de distribuição espacial, mas também emerge como um desafio de saúde física e psicológica que requer uma compreensão mais aprofundada. Portanto, torna-se crucial investigar como a qualidade dos espaços urbanos, especialmente os de caráter público, influencia o comportamento lúdico das crianças, visando contribuir para o seu desenvolvimento saudável. (Adaptado de ALVES, 2021)

Referências Bibliográficas

- ALVES, C. A. S. **Vivência urbana e desenvolvimento infantil: um olhar sobre a relação entre a criança e o espaço público**. Monografia (UFSE). LARANJEIRAS/SE, 2021. 98p.
- ARIÈS, P. **História Social da Infância e da Família**. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.
- BARBOU, A. C. The impact of playground design on the play behaviors of children with differing levels of physical competence. **Early Childhood Research Quarterly**, v. 14, n. 1, p. 75-98, 1999.
- BRASIL. Emenda constitucional Nº 10.257, de 10 de julho de 2001. Regulamenta os arts. 182 e 183 da Constituição Federal, estabelece diretrizes gerais da política urbana e dá outras providências. **Estatuto da Cidade**. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 11 jul. 2001. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/LEIS_2_001/L10257.htm. Acesso: 05 maio 2021.
- BRASIL. **Estatuto da Criança e do Adolescente**: Lei federal nº 8069, de 13 de julho de 1990. Rio de Janeiro: Imprensa Oficial, 2002.
- BRONFENBRENNER, U. *A ecologia do desenvolvimento humano: Experimentos naturais e planejados*. Porto Alegre, RS: Artes Médicas, 1996. (Original publicado em 1979).
- CASTONGUAY, G.; JUTRAS, S. Children's appreciation of outdoor places in a poor neighborhood. **Journal of Environmental Psychology**, v. 29, n. 1, p. 101-109, 2008. doi: 10.1016/j.jenvp.2008.05.002
- DE ANGELIS, B. L. D.; DE ANGELIS NETO, G.; BARROS, G. D. A.; BARROS, R. D. A. **Praças: história, usos e funções**. Maringá: EDUEM, 2005.
- DIAS, M. S.; FERREIRA, B. R. **Espaços públicos e infâncias urbanas: a construção de uma cidadania contemporânea**. Revista Brasileira de Estudos Urbanos, Recife/PE, v. 17, n. 3, p.118-133, set./dez. 2015.
- FERNANDES, O. S.; ELALI, G. A. Reflexões sobre o comportamento infantil em um pátio escolar: O que aprendemos observando as atividades das crianças. **Paidéia** (Ribeirão Preto), v. 18, n. 39, p. 41-52, 2008.
- FUNDAÇÃO BERNARD VAN LEER. **Estudos Istambul 95: Ideias para parquinhos para crianças de 0 a 3 anos**. Istambul, Turquia. 2019.
- INSTITUTO DE ARQUITETOS DO BRASIL (IAB). **Indicadores para monitoramento / Instituto de Arquitetos do Brasil – IAB**. 1. ed. – Brasília: Editora IAB, 2021. 54 p.
- LUZ, G. M.; KUHNEN, A. O uso dos espaços urbanos pelas crianças: explorando o comportamento do brincar em praças públicas. **Psicologia: Reflexão e Crítica**, v. 26, n. 3, p. 552-560, 2012.
- MACEDO, S. S.; ROBBA, F. **Praças brasileiras**. São Paulo: Edusp, 2002.
- MENDONÇA, E. M. S. Apropriações do espaço público: alguns conceitos. **Estudos e Pesquisas em Psicologia**, Rio de Janeiro, v. 7, n. 2, p.296-306, ago. 2007.
- OLIVEIRA, C. **O Ambiente Urbano e a Formação da Criança**. São Paulo: Aleph, 2004.
- OLIVEIRA, C. M. A. S. de. **O ambiente urbano e a formação da criança**. 2002. Tese (Doutorado) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2002. Acesso em: 10 abr. 2024.
- POSTMAN, N. **O desaparecimento da Infância**. Rio de Janeiro: Graphia Editorial, 1999.
- QUEIROGA, E. F. **A megalópole e a praça: o espaço entre a razão de dominação e a ação comunicativa**. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2001.
- VIERO, V. C.; BARBOSA FILHO, L. C. Praças Públicas: origem, conceito e funções. In: **Jornada de Pesquisa e Extensão 2009** – ULBRA/SM, 2009.

RAYMUNDO, L. S.; KUHNEN, A.; SOARES, L. B. O espaço aberto da educação infantil: Lugar para brincar e desenvolver-se. **Psicologia em Revista**, v. 16, p. 251-270, 2010.

SARMENTO, M. J. As culturas da infância nas encruzilhadas da 2ª modernidade. In: _____; CERISARA A. B. (Org.). **Crianças e miúdos: Perspectivas sociais pedagógicas da infância e da educação**. Porto: ASA, 2004. p. 9-34.

SARMENTO; FERNANDES, N.; TOMÁS, C. **Políticas públicas e participação infantil**. *Revista Educação, Sociedade & Culturas*, Porto, n. 25, p. 183-206, 2007

SOUZA, A. M.; VIEIRA, M. L. Origens históricas da brincadeira. **Psicologia Brasil**, v. 2, n. 7, p. 28-33, 2004.

TONUCCI, F. **La città dei bambini. Un modo nuovo di pensare la città**. Bari Editora, Laterza, 2005.